

13 de junho de 2013



Por **VALERIO ARCARY***

A derrota do impulso de junho de 2013 enfraqueceu a luta popular, e facilitou o caminho para que os fascistas disputassem a hegemonia nas ruas

“Compreender o presente pelo passado é, correlativamente, compreender o passado pelo presente” (Marc Bloch).

A partir do dia 13 de junho de 2013 aconteceu uma inflexão importante da situação política no Brasil. Uma sequência de quatro protestos de rua contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, com alguns milhares de jovens, foi uma faísca. Reprimidos pela polícia com uma violência selvagem, detonaram uma explosão social surpreendente.

Um conflito que parecia marginal deflagrou uma onda nacional de mobilizações que o país não conhecia há vinte anos. E isso aconteceu sem que qualquer grande aparelho político estivesse comprometido com a convocação. Os próprios manifestantes declararam espontaneamente, aos milhares, ao que vieram: *Não é por centavos!*

Nas jornadas de junho centenas de milhares de jovens invadiram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na dimensão nacional algo próximo a dois milhões de pessoas saíram às ruas em quatrocentas cidades em poucas semanas. Essa onda de lutas se estendeu de variadas formas no segundo semestre. Por um lado, a campanha *Aonde está Amarildo?* comoveu o país inteiro. Por outro, grupos de black blocs, alguns com infiltrações policiais, multiplicaram ações simbólicas violentas. Mas a onda se esgotou em fevereiro de 2014, depois da morte do cinegrafista da Band diante da Central do Brasil.

Uma análise em perspectiva deveria nos ajudar a compreender o significado daquelas primeiras quatro semanas, e dos seis meses seguintes. Mas não é assim. Prevalece ainda na esquerda a percepção de que é possível discernir uma causalidade direta entre Junho de 2013 e o impeachment de Dilma em 2016, e do que veio depois. Mas esta interpretação é difícil de sustentar porque não se apoia em evidências irrefutáveis.

É verdade que na sequência do golpe institucional veio a posse de Temer, o apogeu da operação Lava-Jato, a condenação e prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro em 2018. Uma dinâmica de derrotas. Mas, quais foram as conexões entre junho de 2013 e o impeachment, lembrando que Dilma Rousseff venceu o segundo turno contra Aécio Neves no final de 2014?

Há três respostas na esquerda brasileira para esta questão crucial. Qual delas se confirmou no “laboratório” da história? A saída do “labirinto” da situação reacionária em que nos encontramos, em junho de 2021, depende em alguma medida de uma resposta correta. Junho de 2013 ainda nos atormenta, perturba e confunde.

A primeira resposta é aquela que vê nas mobilizações abertas por junho de 2013 a semente da saída às ruas da extrema-direita, e o momento da inversão desfavorável da relação social de forças. Atribui às jornadas de junho um sentido reacionário porque seria o início da ofensiva de uma “onda conservadora”, e sua direção não podia ser disputada pela esquerda. Junho de 2013 seria o “esquenta” das mobilizações dos “amarelinhos” em março/abril de 2015 e 2016, alguns milhões ecoando “nossa bandeira jamais será vermelha”.

A segunda é oposta pela raiz, porque identifica uma dinâmica revolucionária no processo de junho de 2013. A terceira é a mais complexa, porque reconhece o caráter progressivo das reivindicações, ou a presença de sujeitos sociais oprimidos, mas constata, também, a presença de um núcleo fascista com audiência de massas, e observa que a acefalia política deixou o impulso das mobilizações à deriva. Tudo estava em disputa.

a terra é redonda

O sentido dominante das Jornadas de Junho foi tumultuoso. A esmagadora maioria dos cartazes se restringia aos limites de reivindicações democráticas: se o povo acordar, eles não dormem! Não adianta atirar, as ideias são à prova de balas! Não é por centavos, é por direitos! Põe a tarifa na conta da Fifa! Verás que um filho teu não foge à luta! Se seu filho adoecer, leve-o ao estádio! Ô fardado, você também é explorado! *O povo unido jamais será vencido!*

Havia algum desatino entre o que as multidões faziam e muitos dos cartazes. Este desacerto era previsível. Uma pesquisa do Ibope sobre as razões da participação nas manifestações revela que a grande maioria estava nas ruas em defesa de serviços públicos e gratuitos, e contra a corrupção.¹¹

Em avaliações históricas há o perigo de uma ilusão de ótica anacrônica que faz uma interpretação das lutas do passado somente pelos seus resultados. Não é o presente que decifra o enigma do passado, mas, essencialmente, o contrário, embora haja uma tensão dialética. O desenlace de um processo de luta de classes que foi derrotado é, frequentemente, mais revelador da força da reação do que qualquer outra coisa.

Em Junho de 2013, depois de dez anos de governos de coalizão liderados pelo PT, se precipitou uma explosão colossal, essencialmente, espontânea por reivindicações democráticas, mas que merece ser comparada, pela escala, com as mobilizações pelas *Diretas Já* de 1984 que abriu o caminho para o fim da ditadura militar. Ou, também, com as mobilizações pelo *Fora Collor* em 1992, que culminaram com o impeachment de Collor.

Entretanto, ao contrário de 1984 e 1992, em 2013 nenhuma direção política teve papel relevante. Por serem acéfalas, as mobilizações de 2013 não foram menos relevantes. Foram, talvez, até mais impressionantes. No intervalo de poucas semanas todos os governos e instituições do regime passaram, em graus diferentes de desconfiança, por um sério questionamento.

Nos primeiros atos de junho de 2013 as ruas foram ocupadas por uma juventude assalariada, mas escolarizada, ainda que, em sua maioria, precarizada em empregos de salários baixos. Os batalhões mais maduros do proletariado estiveram ausentes, embora tivessem simpatias. As tentativas de unir Junho com o movimento organizado dos trabalhadores, que teve, também, o apoio da CUT, em dois dias de greve nacional sob um programa de reivindicações com um corte de classe mais definido, embora fosse a perspectiva mais animadora, foram frustradas. Até três milhões de assalariados foram à greve em 11 de julho, e um número inferior, ainda assim, significativo no dia 30 de agosto, se considerarmos que o Brasil não viveu convocação à greve nacional desde 1989.

O Brasil de 2014 era muito diferente do Brasil do final dos anos setenta. Nunca o país conheceu um intervalo histórico de regime democrático-liberal tão longo. Poucas sociedades contemporâneas viveram, em intervalo histórico tão breve, transformações tão significativas. O Brasil duplicou o seu PIB e a sua população nesses trinta anos. Mas esses dois indicadores, que evoluíram nas décadas anteriores aos anos 1980, aceleradamente, passaram a ter dinâmicas muito mais lentas.

O Brasil de 2013 era uma nação com crescimento lento, que caiu da média histórica em torno de 7% ao ano, para algo inferior a 2,5%, e a taxa de fecundidade desabou de mais de 5% para menos de 2%. A desaceleração econômica foi compensada, parcialmente, pela transição demográfica, mas isso não impediu que a desigualdade social, embora tenha sofrido oscilações nesses trinta anos, já que aumentou nos anos 1990 e caiu nos anos 2000, não tenha diminuído de forma significativa. O Brasil permaneceu, essencialmente, depois de três décadas de regime democrático-eleitoral, um país ainda entre os mais injustos. Portanto, com muitas expectativas frustradas.

Essa perspectiva histórica é indispensável para atribuir sentido às mobilizações de Junho de 2013. Esta luta por transportes, educação e saúde pública gratuita e de qualidade chocou, frontalmente, com o PT de Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo e o PSDB de Alckmin. Sérgio Cabral e Eduardo Paes do PMDB nos governos do Rio não foram poupadinhos. Em Recife o PSB de Eduardo Campos foi, igualmente, atingido. Depois a avalanche de mobilizações se alastrou na forma de um tsunami nacional. Muitas cidades viram as maiores passeatas de sua história. Em não poucas delas, mobilizações maiores que as que conheceram quando do Fora Collor de 1992. Algumas até maiores do que as Diretas em 1984.

Mas no dia 20 de junho, uma semana depois da violenta repressão, a mídia comercial fez um giro de 180º graus, abandonou a denúncia de vandalismo, e passou a fazer uma cobertura favorável dos Atos, até uma convocatória, tanto na Avenida Paulista, quanto no centro do Rio de Janeiro ou na Esplanada dos ministérios em Brasília. TV's abertas e rádios

a terra é redonda

ecoaram os protestos ao vivo. A Globo, fato inusitado, suspendeu a transmissão das novelas.

Surgiram, em todas as principais capitais, colunas fascistas organizadas que já tinham eclodido em Salvador dois dias antes. Apareceram jovens embriagados de nacionalismo, embrulhados na bandeira nacional. Cantavam: "sou brasileiro com muito orgulho e muito amor". O nacionalismo é uma ideologia política perigosa. Só é positivo quando defende o Brasil do imperialismo. As manifestações racharam e as colunas de esquerda foram cercadas, e tiveram que lutar com os punhos e pontapés para defender suas bandeiras. Uma parcela de massas das camadas médias acomodadas, colocadas em movimento por uma gama muito variada de organizações, saiu às ruas. Palavras de ordem reacionárias ecoaram, e a disputa pela hegemonia nas ruas se abriu.

As mobilizações de junho de 2013 foram, politicamente, caóticas, ambíguas, confusas, controvertidas. Mas tentar simplificar ou desqualificar o seu significado com a caracterização de que seriam somente a expressão do mal-estar das classes médias urbanas mais escolarizadas e hostis ao PT, ou seja, reacionárias, demonstrou-se insustentável. É verdade que nem todas as mobilizações de massas são progressivas. Aqueles que se posicionaram contra as manifestações de Junho argumentaram que uma onda reacionária de classe média ameaçava a democracia.

O apoio ao governo Dilma, que era amplamente majoritário – mais de 65% – em menos de um mês, passou a ser minoritário: menos de 30%. A força social de choque destas mobilizações deixou as instituições do Estado, por quase uma semana, semiparalisadas. A classe dominante se dividia entre os que exigiam mais repressão, e aqueles que temiam uma completa desmoralização política dos governos, caso a fúria policial descontrolada provocasse mortos. O recuo no aumento das passagens não foi o bastante para retirar as massas das ruas durante alguns meses.

Mas o contexto de um desemprego baixo, os acordos salariais com ganhos reais, a desaceleração da inflação, a permanência de um nível alto de consumo, um pouco acima até de 2012, sinalizavam uma tendência de recuperação da estabilidade política. A tensão social foi canalizada para as eleições presidenciais de 2014. A partir da reeleição de Dilma Rousseff se iniciou a grande ofensiva burguesa que culminou com o golpe de 2016.

Junho de 2013 não foi a semente da situação reacionária em que vivemos. A romantização do que foi a experiência de treze anos de governos do PT precisa condenar, dramatizar, satanizar as ambiguidades das mobilizações de junho. Não faz sentido, tampouco, idealizar, embelezar, fantasiar junho.

Mas a derrota do impulso de junho de 2013 enfraqueceu a luta popular, e facilitou o caminho para que os fascistas disputassem a hegemonia nas ruas em 2015/16, exigindo o impeachment e pedindo intervenção militar. Ali foi chocado o ovo da serpente do qual surgiu Bolsonaro.

***Valerio Arcary** é professor aposentado do IFSP. Autor, entre outros livros, de [O encontro da revolução com a história \(Xamã\)](#).

Nota

[i] <http://especial.g1.globo.com/fantastico/pesquisa-de-opiniao-publica-sobre-os-manifestantes>.